

Nesse contexto, o incentivo à chamada agricultura familiar comparece como o principal correlato à reforma, na medida em que se justifica, de imediato, pela geração de empregos e renda a baixo custo de investimento. A verdade, porém, é que tal estratégia é a única capaz de, simultaneamente, impedir o grande deslocamento para os centros urbanos, favorecer a produção de alimentos e diminuir de forma considerável os danos em termos ambientais. Para viabilizá-la, o projeto prevê políticas de apoio, como a liberação de linhas de crédito para investimento e custeio, com reformulação da infra-estrutura rural; sugere, ainda, a extensão dos incentivos aos processos de industrialização, produção artesanal e turismo rural.

Mencionemos, finalmente, o Projeto de Formação de Lideranças e Técnicos em Desenvolvimento Rural Sustentável, que já formou 11 mil trabalhadores rurais, em 3 mil municípios, com a realização de 351 cursos em todos os estados do Brasil. Por meio dele, os trabalhadores tiveram acesso às principais metodologias de participação social e construção do projeto alternativo, e já começaram a se mobilizar para realizá-lo em várias partes do País. O segundo módulo já se está realizando, dirigido a outros 3 mil municípios, e deverá fornecer instrumental para que outras comunidades conduzam suas propostas, buscando transformar a realidade local, inclusive mediante a elaboração de seus próprios planos municipais de desenvolvimento. Para tanto, são oferecidos cursos técnicos, cartilhas, seminários, e são discutidas, nos grupos de trabalho formados na comunidade, as necessidades e os projetos considerados adequados àque-la realidade específica.

Trata-se, assim, de uma iniciativa extremamente meritória, por meio da qual um segmento social se levanta em busca de soluções e propõe, de forma concreta, uma alternativa à Nação. Sendo originário de organizações de trabalhadores rurais, torna-se ainda mais digna de apoio e atenção, na medida em que representa os anseios da mais castigada e sacrificada categoria do País.

Por outro lado, é evidente a consistência e a pertinência do projeto, que reflete aspectos fundamentais da atual conjuntura nacional e mundial.

Assim, Sr. Presidente, convocamos todos os que lutam por um Brasil mais justo e democrático, por um Brasil criativo e independente, por um Brasil, enfim, verdadeiramente capaz de fazer frente aos desafios do milênio, para que colaborem com o sucesso dos programas da Contag e do MSTR. Não há dúvidas de que se trata de uma contribuição altamente

consciente e responsável, a ser devidamente considerada em proveito do País.

Era o que tinha a dizer.

O SR. JOAQUIM FRANCISCO (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a pesquisa recém-divulgada pela Embratur, sobre o perfil socioeconômico do turista estrangeiro no Brasil nos últimos cinco anos, tem ensejado comentários os mais diversos e pertinentes em todo o País. Afora os aspectos macroestatísticos, o estudo busca identificar as motivações e interesses dos visitantes, registrando inclusive suas observações acerca dos aspectos positivos e negativos dos principais portões de entrada brasileiros.

Para efeito de melhor visualizar as conclusões e inferências da sondagem no plano regional, e mais especificamente na capital pernambucana, detivemo-nos na análise daquelas observações dentro do espectro abrangido pelas cidades de Salvador, Fortaleza e Recife. Daí se podem extrair alguns valiosos subsídios a respeito de como estamos sendo vistos pelos que aqui aportam; subsídios a partir dos quais nos iremos aparelhando, por via de correções de rumos, formulações e reformulações de políticas, para melhor aproveitamento das nossas potencialidades no setor.

É curioso notar como, a despeito das tantas afinidades entre esses três principais núcleos urbanos da região, poucas vezes elas se refletem no quadro de carências ou deficiências apontadas pelos turistas internacionais. Por outro lado, suas motivações e interesses também divergem consideravelmente, o que é um dado bastante significativo.

Tome-se, inicialmente, o caso de Salvador. De acordo com os visitantes, as razões que os levaram à capital baiana foram fundamentalmente turísticas (mais de 90%). Quanto aos três itens mais negativos por eles mencionados, figuraram a limpeza pública (14,7%), a segurança pública e o serviço de táxis (ambos com 9,4%).

Já com relação a Fortaleza, verifica-se uma queda no quesito “motivo da viagem”: menos de 86% a realizaram com intenções turísticas, enquanto mais de 14% ali estiveram a negócios. Do que eles mais “reclamaram”: da limpeza pública (34,2%), do transporte urbano e das comunicações (ambos com 20%).

E o Recife? Neste caso, o quadro se modifica sobremodo. Em primeiro lugar, menos de 79% dos visitantes aqui estiveram para fazer turismo, enquanto mais de 15% deles vieram a negócios. E acharam ruim: a limpeza pública (41,2%), a segurança pública (24,6%) e a sinalização turística (21,4%).

Mesmo relativizando, como de praxe, o nível de precisão ou aproximação desses resultados (a Embratur admite uma margem de erro de até 5%), tem-se aí um painel sem dúvida ilustrativo das vantagens e desvantagens que o setor vem apresentando nos três maiores portões de entrada do Nordeste.

Note-se, a propósito, que a cidade do Recife se revela menos “turística”, em termos de motivação, do que suas congêneres baiana e cearense, sobretudo em relação à primeira. É de ver também que nos mostramos bem menos eficientes do que elas — e, outra vez, especialmente em confronto com Salvador — nos capítulos da limpeza pública (absurdos 41%) e da segurança (que não é sequer incluída entre as mais graves precariedades de Fortaleza).

De qualquer forma, a julgar pelas manifestações apuradas no estudo, estamos em melhor situação do que aquelas cidades em aspectos como comunicações, informações turísticas e serviço de táxis.

A pesquisa convida a análises, apreciações e ilações muito mais extensas e substanciais. O quadro aqui esboçado, porém, é suficiente para sugerir-nos, aos homens públicos e à sociedade pernambucana em geral, algumas tomadas de posição que melhor nos capacitem a receber os que nos visitam e contribuam, de forma progressivamente marcante, para o incremento de um dos segmentos mais promissores da nossa economia.

O SR. NILTON CAPIXABA (PTB – RO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no último sábado, dia 5 de junho, participei em Cacoal, Rondônia, de uma reunião promovida pela AROM — Associação Rondoniense dos Municípios do Estado de Rondônia, que é presidida pelo Prefeito de Ariquemes, Sr. Francisco Sales Duarte de Azevedo. Atenderam ao convite o Exmo. Sr. Vice-Governador Miguel de Souza, inúmeros prefeitos e secretários municipais.

Na oportunidade divulguei mensagem que transmite à sociedade de Rondônia a minha preocupação com as questões ambientais, que reproduzo aqui:

No dia em que a humanidade celebra o Dia Mundial do Meio Ambiente — 5 de junho — não é demais dizer que qualquer pessoa pode ajudar a transformar a realidade.

Não importa a posição social ou o nível de escolaridade.

O documento “Nosso Futuro Comum”, relatório da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, focaliza um

dos temas mais prementes do momento, as relações entre o desenvolvimento e o meio ambiente.

Uma das idéias centrais do “Nosso Futuro Comum”, que é também conhecido com Relatório Bruntland, é a de que um desenvolvimento econômico ideal torna imperiosa a conservação dos meios naturais. Sem medidas que assegurem a conquista desse objetivo, a humanidade porá em risco a própria sobrevivência.

Todos podem contribuir efetivamente para resolver as principais questões do País. Todos podem contribuir para resolver as principais questões de Rondônia e de seus municípios.

É indispensável pensar globalmente e agir localmente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no meu regresso a Brasília, tive a satisfação de receber informações sobre o andamento dos trabalhos do Consórcio Tecnosolo/DHV Consultants, empresa que está executando a 2ª Aproximação do Zoneamento Socioeconômico Ecológico. O Zoneamento Socioeconômico Ecológico é parte integrante do Acordo de Empréstimo 3444-BR (Projeto de Gerenciamento dos Recursos Naturais de Rondônia/Planaflo), firmado entre o Brasil e o BIRD, e do Acordo do Projeto entre a mesma instituição financeira e o estado.

As informações foram oficialmente prestadas ao meu gabinete parlamentar pelo Coordenador do Planaflo, Dr. Osmar da Rocha Campos; pela importância e atualidade do tema, transcrevo-as na íntegra:

1) Situação do andamento dos trabalhos do Consórcio Tecnosolo/DHV Consultants:

O contrato entre o estado de Rondônia e o Consórcio supracitado está em sua fase final de execução, sendo que, na maior parte, os trabalhos pendentes se referem a adequações e correções finais dos relatórios, mapas e banco de dados da Segunda Aproximação do ZEE — Zoneamento Socioeconômico-Ecológico do Estado.

Os trabalhos do Zoneamento sofreram atrasos, dentre outros, em função do processo de prorrogação do Planaflo, pois os recursos para tal finalidade são oriundos do citado programa. Com a retomada do Planaflo, está previsto que em mais 90 dias seja possível concluir o ZEE. Apesar disso, é interessante ressaltar que já está concluída